

## **Governo vai analisar imposto sobre bancos**

Por Fábio Pupo e Fabio Graner  
| De Brasília

O governo terá que analisar neste ano como proceder sobre a tributação aplicada a instituições financeiras a partir do ano que vem. A lei que aumentou de 15% para 20% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dessas empresas vale apenas até 31 de dezembro de 2018. Com isso, o governo deve perder cerca de R\$ 5 bilhões em receitas no Orçamento.

Apesar de o assunto ainda não estar abertamente em discussão, e não haver decisão sobre estender ou não a tributação mais elevada (de 20%), uma fonte da equipe econômica diz que o tema será inevitavelmente debatido para a formatação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019, a ser enviado ao Congresso até agosto. O governo deverá chegar a uma conclusão sobre o montante de receitas a serem usadas no documento e uma das variáveis é justamente esse tema.

A questão veio à tona, porque isso, junto com a elevação do Reintegra de 2% para 3%, impactou negativamente a projeção de receitas para o ano que vem, que está sendo considerada para as definições relativas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o "pré-Orçamento" que tem que ser enviado até o dia 15.

Uma ala do governo queria elevar a meta fiscal no documento (reduzir o déficit previsto de R\$ 139 bilhões), mas a iniciativa tem dificuldades exatamente pela constatação de perda de receitas como essa.

Apesar de ser um recurso que fará falta para o governo, que em 2019 teria o sexto ano de déficit primário seguido, já há na área econômica quem considere que não é o caso de se propor a renovação desse tributo. A visão é que a carga tributária no país é muito elevada, em especial para o setor bancário, que teria hoje quase metade do lucro taxado, o que afeta questões como o spread bancário - diferença entre o custo de captação dos bancos e o custo

arcado pelos clientes das instituições.

Além da análise técnica sobre se deve ou não propor a renovação, a equipe econômica também já começa a levantar considerações de natureza política. Como a medida depende de respaldo do Congresso Nacional, que tem se mostrado cada vez mais refratário às medidas de ajuste fiscal, o cenário é visto como praticamente intransponível.

A avaliação interna é que o calendário legislativo está apertado principalmente por causa das eleições deste ano e que qualquer alteração tributária demandaria um grande esforço por parte do Executivo. Até mesmo a desoneração da folha de pagamento, algo que a equipe econômica acreditava encontrar mais respaldo, encontrou dificuldades entre os parlamentares.

A elevação da tributação para o setor financeiro foi aprovada em 2015 e havia sido proposta por medida provisória assinada pelo Ministério da Fazenda, na época comandado por Joaquim Levy (no





governo de Dilma Rousseff). O Executivo vinha tentando implementar uma série de medidas voltadas ao aumento de receita, como a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), iniciativa frustrada pelo Congresso.

Na exposição de motivos sobre o aumento da CSLL sobre bancos, que foi aprovada mediante negociação com a oposição, o Executivo mencionou que a mudança decorria "da necessidade de adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva".

A proposta contribuiu com

receitas "extras" para os cofres públicos ao longo de quatro anos. De acordo com a proposta original, de 2015, houve um aumento de arrecadação estimado em aproximadamente R\$ 995 milhões para 2015, R\$ 3,7 bilhões para 2016 e R\$ 4 bilhões para 2017 (valores da época).

A proposta foi relatada no Congresso pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). O texto aumentou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre bancos, mas ganhou prazo de validade por uma demanda do PMDB e da oposição, em uma derrota do governo de então. Por isso, o tributo volta a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

## Pregando austeridade, Alckmin deixa contas piores que em 2011

*Desempenho foi melhor, no entanto, que o do governo federal e de outros estados grandes*

*Crise econômica piorou condições do estado, mas unidades como Alagoas equacionaram melhor seus passivos*

GUSTAVO PATU  
EDITORDE "OPINIÃO"

A situação orçamentária do governo paulista piorou ao longo dos últimos sete anos sob o comando do tucano Geraldo Alckmin, que pretende explorar a imagem de gestor austero em sua campanha à Presidência.

No período, cresceu o peso do endividamento e das despesas com pessoal ativo e inativo nas contas do estado. A escalada dos gastos com a Previdência reduziu os recursos disponíveis para obras e outros investimentos.

Tal involução, por certo, está

associada à aguda crise econômica vivida pelo país de 2014 a 2016, que derrubou a receita de impostos e prejudicou, em graus variados, todas as esferas de governo.

O trunfo de Alckmin é que São Paulo leva nítida vantagem quando seus balanços são comparados aos do governo federal e dos estados mais importantes, casos de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Isso não quer dizer, entretanto, que o quadro seja confortável —nem que os resultados da gestão do tucano se saiam bem em qualquer base de comparação.

### ALTADA DÍVIDA

A fragilidade mais antiga das finanças paulistas, que data ao menos dos anos 1990, é a dívida elevada. Trata-se hoje da quarta maior entre os estados, em termos relativos.

Ao final do ano passado, ela equivalia a 170,9% da receita anual,

abaixo do teto legal de 200%, mas acima dos 152,9% de dezembro de 2010, às vésperas do governo Alckmin (que já havia ocupado o Bandeirantes de 2001 a 2006).

Em boa medida, a alta pode ser atribuída a momentos de queda da arrecadação ou alta da inflação. Mas outras unidades da Federação conseguiram reduzir seus passivos no mesmo período.

Entre elas destaca-se Alagoas, cuja dívida era maior que a de São Paulo em 2010 (161,7% da receita) e agora é bem menor (95,3%) — nesse caso, houve considerável ajuda de uma renegociação promovida pela União.

O governo paulista de fato ampliou a tomada de financiamentos no primeiro dos últimos dois mandatos de Alckmin (2011-2014).

Na época, a administração federal, sob o comando de Dilma Rousseff (PT), estimulava os estados a buscarem crédito dos bancos





públicos para obras de infraestrutura.

Essa política impulsionou um aumento geral de despesas, em especial com investimentos, até o ano eleitoral de 2014. A partir daí, a recessão e a queda das receitas levaram a um ajuste forçado.

#### ESTADO ENCOLHE

O Orçamento encolheu. Em 2017, a despeito de um princípio de recuperação, a receita não financeira paulista ainda era 7% inferior à de quatro anos antes.

São Paulo enfrentou percalços menores porque o peso de sua folha de pessoal — a principal despesa dos governos estaduais — não chegava a ser excessivo.

Em proporção da receita, os gastos com servidores ativos e inativos subiram de 45,8% no final de 2010, para 51,2% no ano passado, ainda bem abaixo do teto de 60% fixado na legislação.

O contraste mais aparente é com o Rio de Janeiro, onde a proporção passou dos 70% e houve atrasos no pagamento do funcionalismo.

Na comparação com o restante do país, as diferenças são menos acentuadas. Conforme cálculos do Tesouro Nacional, o percentual paulista em 2016 era semelhante à mediana dos estados.

De todo modo, o mesmo documento do Tesouro aponta que São Paulo foi um dos estados onde essa despesa menos cresceu de 2010 a 2016 (apenas Amapá e Sergipe contabilizaram alta inferior).

Ainda assim, o caixa paulista sofre com o avanço dos pagamentos de aposentadorias. Os gastos em Previdência, incluindo desembolsos de caráter administrativo, já superaram os destinados à educação pública.

Essa trajetória tende a agravar a crônica dificuldade do estado em conseguir alguma folga no Orçamento para investimentos — obras e compras de equipamentos.

Segundo levantamento da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), São Paulo investiu 5% de sua receita em 2016, num modesto 17º lugar entre os 26 estados e o Distrito Federal.



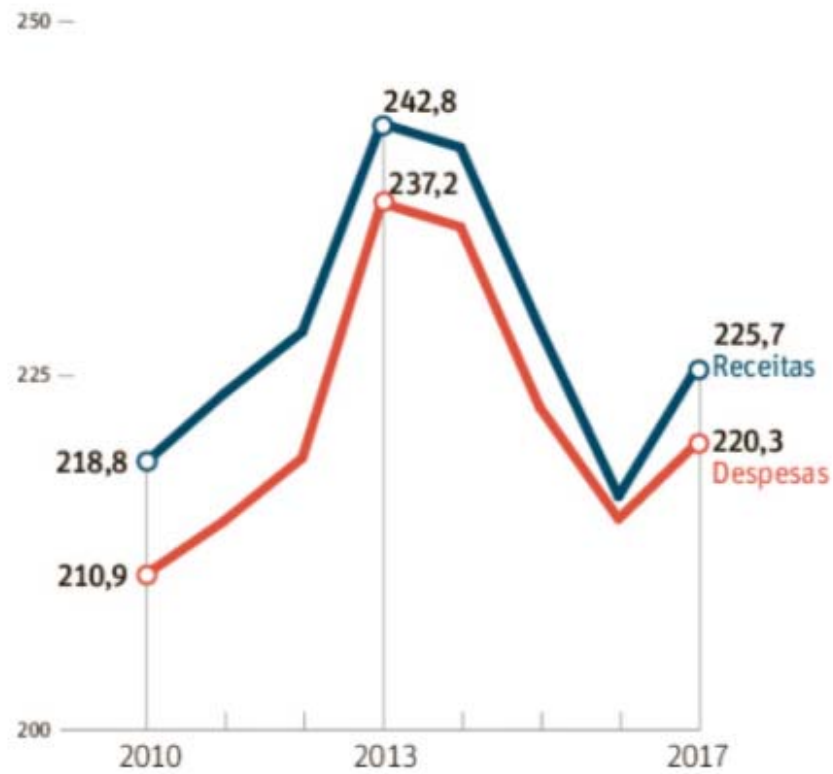


## AUSTERIDADE RELATIVA

Governo Alckmin deixa contas piores do que herdou, mas situação é melhor que em outros estados

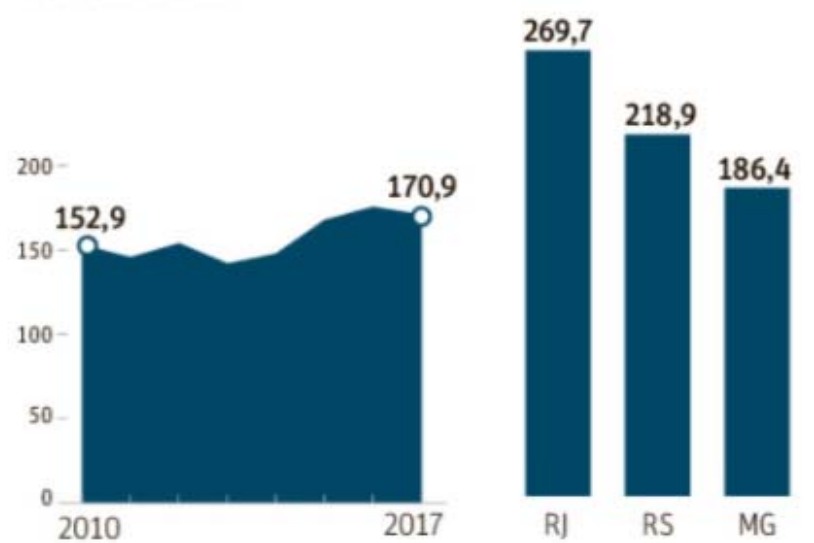
### Ajuste forçado

R\$ bi corrigidos, exclui receitas e despesas financeiras



### Endividamento avança

Dívida do estado, em % da receita anual

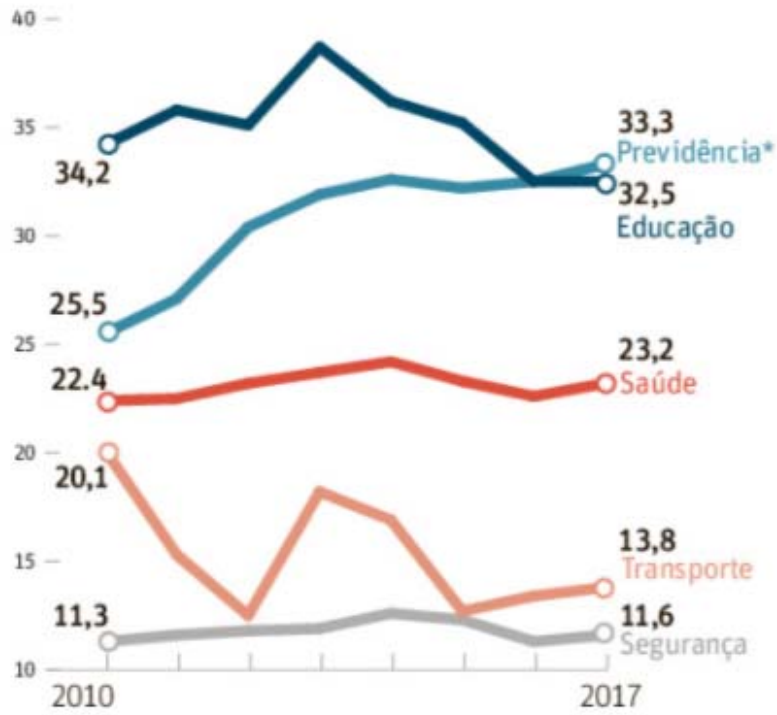


### Outros estados em 2017

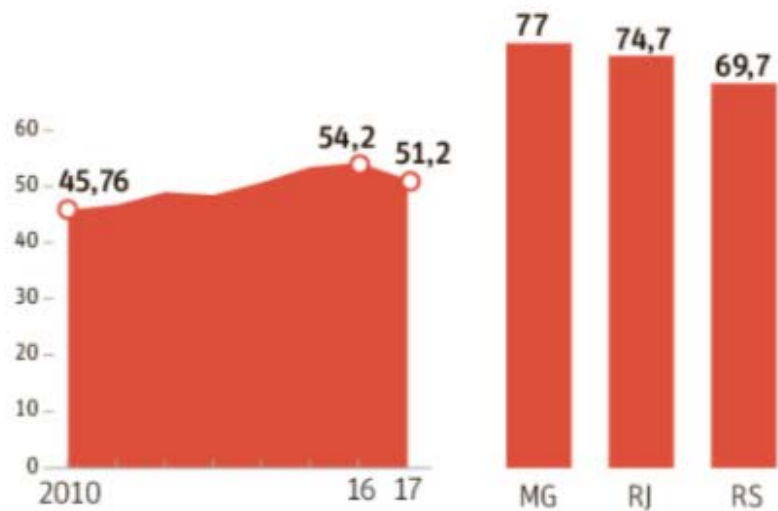




### Varição das principais despesas R\$ bi corrigidos



### Cresce o peso da folha pessoal Gasto com ativos e inativos, em % da receita anual



Outros estados em 2016,  
segundo metodologia do  
Tesouro Nacional

\*Inclui despesas administrativas Fontes: Governo do Estado de São Paulo, Tesouro Nacional, Frente Nacional de Prefeitos

## BC contraria SP e aponta déficit de R\$ 5,4 bi em 2014

DE SÃO PAULO

O Banco Central apurou um déficit primário —sem considerar despesas com juros— de R\$ 5,4 bilhões nas contas paulistas em 2014, ano em que Geraldo Alckmin conquistou a reeleição.

Isso significa que, naquele ano, os gastos com pessoal, custeio, programas sociais e investimentos superaram a arrecadação.

O resultado contabilizado pelo BC destoa dos números do estado, que apontam superávits durante toda a administração de Alckmin — em 2014, de R\$ 4,6 bilhões.

O presidenciável tucano, inclusive, exhibe os dados como o que chama de "cartão de visita" de sua gestão.

A explicação é que as metodologias são diferentes.

Os governos estaduais calculam o resultado primário levando em

conta todas as despesas liberadas do Orçamento do ano, mesmo que o pagamento não tenha sido ainda realizado.

Já a conta do BC reflete todos os desembolsos efetivos do período, mesmo que sejam compromissos remanescentes de anos anteriores.

Em 2014, Alckmin promoveu o maior volume de pagamentos de contas pendentes. Foram R\$ 33,2 bilhões, em valores atualizados.

Não por acaso, os investimentos atingiram naquele ano o recorde de R\$ 18 bilhões, dos quais R\$ 5,6 bilhões em compromissos de Orçamentos passados.

Esse modalidade de despesa leva mais tempo para ser concluída, o que muitas vezes ocorre em final de mandato e época de eleições.

A Secretaria da Fazenda disse que as diferenças são normais e frequentes, (GUSTAVO PATU E GABRIELA SÁ PESSOA)

## Equipe econômica vai ao TCU resolver ‘regra de ouro’

*Com orçamento no vermelho, governo está preocupado em evitar uma punição do órgão no ano que vem*

A equipe econômica foi em peso ao TCU (Tribunal de Contas da União) nesta quarta-feira (4) apresentar a solução encontrada para o des-cumprimento, em 2019, da chamada regra de ouro —a determinação que proíbe o uso de dinheiro de empréstimos para bancar despesas do dia a dia de forma a deixar as finanças públicas saudáveis.

Por causa disso, O governo só pode se endividar até o limite do que aplicar em investimentos.

Com o Orçamento no vermelho desde 2014, o governo não está conseguindo cumprir essa regra. Formalmente, porém, a equipe econômica encontrou uma saída emergencial: usar o dinheiro devolvido do BNDES. Mas esse recurso se esgota em 2019.

Assim, a estratégia traçada até o momento é reconhecer que boa parte das despesas públicas, principalmente com a Previdência Social, demandará autorização prévia do Congresso Nacional para ser financiada, assinalando que as receitas correspondentes serão condicionadas ao trâmite legislativo.

A regra de ouro contempla esse instrumento de escape. Uma vez descumprida a norma, o governo tem que pedir autorização da maioria do Congresso para se endividar e cobrir despesas.

A dúvida é que a regra só dita o protocolo de atuação do Executivo durante a execução do Orçamento e não aborda o que deve ser feito no momento em que são entregues as projeções oficiais, atual estágio das contas de 2019. Por isso a necessidade de análise prévia do TCU.

Até o fim da próxima semana, o Ministério do Planejamento tem que

enviar ao Congresso a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019 já contemplando projeções de receitas e despesas para o ano que vem.

### AVAL

O Executivo já deverá incluir neste ato legal o pedido ao Congresso para bancar as despesas, o que lhe permitirá descumprir a regra com o aval do Legislativo.

Dessa maneira, os gestores e o presidente da República (tanto os que estão no cargo neste ano quanto os que ocuparem o governo em 2019) estarão livres da punição da regra com o crime de responsabilidade fiscal.

Atualmente, o buraco projetado para o cumprimento da meta em 2019 é de R\$ 200 bilhões. Mas o governo pode usar o dinheiro que sobra do BNDES, além de receitas com o leilão de áreas de petróleo na cessão onerosa —hoje







exclusivamente exploradas pela Petrobras por força de um contrato em revisão.

O governo já identificou outras três fontes de frustração de receitas em 2019.

A primeira é a redução, prevista desde 2015, da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de instituições financeiras de 20% para 15%. Isso drenará R\$ 5 bilhões em receitas governamentais.

A segunda é o esperado aumento para 3% no Reintegra — programa que devolve o imposto pago por exportadores. A redução de receita estimada neste ponto varia de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões, segundo cálculos iniciais.

A terceira frente de risco é o

Funrural (programa de refinanciamento de dívidas dos produtores rurais), cujos vetos presidenciais foram derrubados no Congresso na última terça-feira (3).

A perda de receita neste ano com a revisão dos vetos do Funrural é de R\$ 10 bilhões e a equipe econômica calcula o impacto negativo para 2019.

Esses três elementos pesam contra uma eventual redução da previsão de déficit orçamentário no ano que vem. A área econômica deseja reduzir o rombo esperado (R\$ 139 bilhões). Porém, diante da frustração, considera mantê-lo no texto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a ser enviado na semana que vem.

## Meirelles anuncia hoje se vai concorrer ao Planalto

Até ontem, ministro ainda não havia decidido se deixaria o comando da Fazenda para disputar eleições em outubro; posses nos ministérios foram adiadas

Adriana Fernandes

A menos de 24 horas do prazo final para se desincompatibilizar do cargo e com o temor deficar isolado no MDB, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deixou para hoje de manhã a decisão de deixar ou não o governo para buscar uma candidatura à Presidência da República nas eleições de outubro. O presidente Michel Temer e Meirelles marcaram uma conversa final. Temer já convidou Meirelles a acompanhá-lo em uma viagem hoje a Salvador, seja como candidato ou ministro. A intenção do ministro é anunciar os planos em uma entrevista coletiva. As dúvidas que marcaram as últimas semanas sobre embarcar no projeto eleitoral ao lado do presidente Michel Temer, se intensificaram depois da cerimônia de filiação ao

MDB.

Meirelles não quer ser candidato a vice-presidente e via na filiação uma oportunidade de encabeçar uma chapa, caso Temer desistisse da intenção de se candidatar. Mas essa garantia não está dada. Antes mesmo da filiação ao MDB, o ministro já estava indeciso, mas na cerimônia teria “caído a ficha”, segundo assessores, de que não conseguirá o apoio do partido para ser o cabeça de chapa na campanha ao Planalto. Aborreceu o ministro, sobretudo, a ausência das lideranças emedebistas na cerimônia e a pouca atenção dada a ele no marketing do evento, que contou com banners e um jingle que reforçaram a figura de Temer.

Ser vice nunca foi sua pretensão, o que já foi dito por ele publicamente diversas vezes. Oficialmente, Meirelles afirma que só vai tomar a decisão nesta sexta-feira, mas nos últimos dias oscilou num vaivém entre ir e sair, com

prejuízos para a equipe econômica que perdeu batalhas importantes no Congresso. Interlocutores mais próximos brincam que estava mais fácil adivinhar o voto da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula, do que a decisão de Meirelles sobre seu projeto político.

Lideranças do MDB resistem também a dar apoio a Meirelles em seus redutos eleitorais, um risco de isolamento recorrente nas candidaturas do MDB. Além disso, a indicação feita por Meirelles do nome de Eduardo Guardia para substituí-lo na Fazenda até hoje enfrenta resistências políticas. O Planalto anunciou o adiamento de todas as posses para a semana que vem. Para ontem estava prevista a transmissão de cargo do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a seu secretário executivo, Estevez Colnago. Dyogo assumirá a presidência do BNDES na segunda-feira.